



Brasília-DF, 04 de maio de 2026



Aniversariante

04 de maio

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI
parabeniza o companheiro pela data especial.



Eduardo Anunciato (Chicão)
Presidente da FENATEMA
Secretário de Educação da CNTI



O 1º de Maio e a redução da jornada

Artigo dos presidentes das Centrais Sindicais*



O Dia do Trabalhador está diretamente ligado à luta pela redução da jornada. A origem da data remete à greve geral ocorrida em Chicago, EUA, em 1º de maio de 1886, cuja principal reivindicação era reduzir o tempo de trabalho — que chegava a 17 horas diárias. A mobilização, que completa 140 anos, foi duramente reprimida, transformando-se em símbolo de resistência e luta.

Desde então, trabalhadores no Brasil e no mundo obtiveram importantes conquistas. No Brasil, o principal marco foi a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que, entre outras melhorias, estabeleceu a jornada de 8 horas diárias e 48 horas semanais — um avanço significativo em um contexto em que a jornada frequentemente ultrapassava 14 horas por dia, com escalas que invadiam sábados e até manhãs de domingo. Outro momento decisivo foi a Constituição Federal de 1988, que, consolidando uma luta sindical construída nas campanhas salariais de 1985, diminuiu a carga horária semanal de 48 para 44 horas.

Diante desse histórico, surge a pergunta: por que, em 2026, ainda empunhamos a bandeira da redução da jornada — hoje também expressa na luta pelo fim da escala 6x1?

Em 140 anos, importantes conquistas promoveram regulamentação e atenuaram os abusos do início da industrialização. No entanto, as condições de trabalho também se transformaram e hoje permitem maior equilíbrio na organização do tempo, da produção e na distribuição dos ganhos. Avançar nesse sentido é fundamental para construir uma sociedade mais justa.

Além disso, a partir da década de 1980, com as crises do capitalismo, houve uma desestruturação dos setores produtivos, marcada pelo aumento do desemprego, pela expansão da terceirização e pelo crescimento da informalidade.

Esse cenário foi aprofundado com a reforma trabalhista de 2017, que abriu brechas para a precarização e para o aumento da jornada, ao flexibilizar regras de contratação e normas relacionadas ao tempo de alimentação, descanso e deslocamento.

Para os trabalhadores na informalidade, a situação é ainda pior. Muitos revivem os abusos do início da industrialização, com jornadas que chegam àquelas 17 horas diárias do século XIX. Trata-se de um contingente que permanece à margem das conquistas acumuladas ao longo desses 140 anos de luta.

Diante desse quadro, a defesa da redução da jornada não é apenas uma pauta histórica — é uma necessidade contemporânea. E ela envolve mais do que o tempo de trabalho: a carga horária excessiva provoca desgaste físico, rebaixamento salarial, dificulta o acesso à formação e agrava a saúde mental.

Assim, ao completar 140 anos, o 1º de Maio reafirma seu sentido original: a luta pelo tempo de vida. Em um mundo marcado por avanços tecnológicos, de um lado, e novas formas de exploração, de outro, resgatar essa luta é atualizar o significado histórico da data, mantendo viva a busca por dignidade, equilíbrio e justiça social para a classe trabalhadora.

* Miguel Torres, presidente da Força Sindical; Sérgio Nobre, presidente da CUT; Ricardo Patah, presidente da UGT; Adilson Araújo, presidente da CTB; Antonio Neto, presidente da CSB; Sônia Zerino, presidente da NCST.

Fonte: NCST

Brasília-DF, 04 de maio de 2026

Emprego formal cresce e alcança marca de 49 milhões no Brasil

Aumento sobre igual período de 2025 foi de 2,6%. Em 12 meses, foram criadas mais de 1,2 milhão de vagas com carteira assinada



Screenshot

O Brasil criou, em março, 228.208 novos empregos com carteira assinada. Com isso, o país ultrapassou 49 milhões de vínculos formais ativos, alta de 2,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados fazem parte do Novo Caged e foram divulgados na quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Considerando o resultado de março, o País acumula 613.373 novas vagas formais somente no primeiro trimestre do ano.

Já no recorte dos últimos 12 meses, entre abril de 2025 e março de 2026, foram criados mais de 1,2 milhão de empregos com carteira assinada.

Na comparação com março de 2025, quando foram geradas 79.994 vagas, o saldo de março deste ano confirma a expansão do mercado de trabalho formal.

Estados e setores

Ainda de acordo com os dados, 24 estados tiveram resultado positivo, com destaque para São Paulo (+67.876), Minas Gerais (+38.845) e Rio de Janeiro (+23.914).

Já Alagoas (-5.243), Mato Grosso (-1.716) e Sergipe (-338) ficaram com saldo negativo.

No recorte por setor econômico, o de serviços foi o maior gerador de postos no mês, com mais 152.391 vagas (+0,6%).

Na sequência está o segmento de construção registrou aumento de 38.316 postos formais.

O terceiro maior gerador foi a indústria, com saldo de

28.336 postos, seguido pelo comércio, com 27.267 empregos.

Gênero, idade e raça

Segundo o Caged, as mulheres obtiveram melhores resultados, ficando com 132.477 novas vagas, enquanto os homens ficaram com 95.731 postos.

Considerando a faixa etária, os jovens de até 24 anos respondem por 72,6% do saldo total no mês, o equivalente a 165.785 postos.

No recorte por raça, o balanço foi positivo para pardos (142.228), brancos (68.663), pretos (33.823) e amarelos (883).

Quanto ao nível de escolaridade, pessoas com ensino médio completo (183.037) lideraram a ocupação dos postos, seguidas por trabalhadores com nível superior (23.265).

Fonte: Portal Vermelho

Desemprego no 1º trimestre é de 6,1%, o menor já registrado no período

Pnad Contínua: país tinha 6,6 milhões de pessoas em busca de trabalho



© Fernando Frazão/Agência Brasil

A taxa de desemprego no primeiro trimestre do ano ficou em 6,1%. O indicador fica acima do registrado no quarto trimestre de 2025 (5,1%), porém é a menor taxa de desocupação para um primeiro trimestre desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Nos três primeiros meses do ano passado, o desemprego tinha marcado 7%. Os dados foram divulgados na quinta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.



Brasília-DF, 04 de maio de 2026

Desde o trimestre encerrado em maio de 2025, a taxa de desemprego não ultrapassava 6%. No trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2026, a taxa de desocupação foi de 5,8%.

No entanto, o IBGE não recomenda comparação em meses imediatamente seguidos, pois há sobreposição de dados. Por exemplo, os números de fevereiro se repetem nas duas últimas divulgações da pesquisa. Por isso, o instituto prefere fazer comparações com o quarto trimestre de 2025.

Trabalhadores

O primeiro trimestre de 2026 terminou com 6,6 milhões em busca de emprego. É a chamada população desocupada. O contingente é 19,6% superior (1,1 milhão de pessoas) ao do quarto trimestre de 2025, porém fica 13% a menos que o primeiro trimestre de 2025.

No mesmo trimestre, o total de ocupados chegou a 102 milhões de pessoas, 1 milhão a menos que no último trimestre de 2025 e 1,5 milhão acima do contingente do primeiro trimestre do ano passado, ou seja, comparação anual.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-04/desemprego-no-1o-trimestre-e-de-61-o-menor-ja-registrado-no-periodo>

Fonte: Agência Brasil

Redução da jornada na Europa não afetou PIB nem nível de emprego

Estudo do Instituto de Economia do Trabalho analisou reformas em cinco países e concluiu que economia absorveu mudanças sem perdas



Um estudo publicado pelo IZA@LISER Network (antigo Institute of Labor Economics) traz evidências sólidas para o debate global sobre a jornada de trabalho. A pesquisa analisou reformas de redução de horas semanais em cinco países europeus entre os anos de

1995 e 2007, concluindo que a diminuição do tempo de serviço não gerou queda significativa no Produto Interno Bruto (PIB) nem afetou negativamente o nível de emprego nas nações observadas.

Intitulado "The Employment Effects of Working Time Reductions: Sector-Level Evidence from European Reforms", o artigo científico é assinado pelos pesquisadores Cyprien Batut, da Paris School of Economics; Andrea Garnero, ligado à OCDE e ao IZA; e Alessandro Tondini, do FBK-IRVAPP. O levantamento utilizou dados setoriais do EU KLEMS e da European Labour Force Survey para medir os impactos reais das mudanças legislativas.

Impacto setorial

Os autores examinaram reformas nacionais que reduziram a jornada padrão em diferentes contextos: na França, de 39h para 35h; em Portugal, de 44h para 40h; na Itália, de 48h para 40h; na Bélgica, de 40h para 38h; e na Eslovênia, de 42h para 40h. A metodologia comparou setores com maior proporção de trabalhadores acima do novo limite de horas com aqueles menos afetados pelas novas regras.

Os resultados mostram que o número de horas trabalhadas caiu significativamente nos setores mais expostos, variando entre 1,3% e 6%. No entanto, ao contrário do que argumentam setores conservadores, não houve perda de postos de trabalho. O documento afirma que os resultados não apoiam a visão de que reformas na jornada padrão, que mantêm os salários mensais e semanais, tenham efeito negativo sobre o emprego.

Produto Interno Bruto

Quanto ao PIB e ao valor adicionado setorial, o estudo aponta que o impacto foi insignificante do ponto de vista estatístico. Durante o período analisado, os países registraram crescimento econômico robusto, e a economia foi capaz de absorver a redução do tempo de trabalho. Segundo o texto, o coeficiente sobre o output, medido como valor adicionado em cada setor, manteve-se estável.

Outro dado relevante refere-se ao salário-hora e à produtividade. Com a manutenção do poder de compra mensal dos trabalhadores e a redução das horas, o valor recebido por hora trabalhada subiu. Os pesquisadores indicam que o valor adicionado por hora mostrou tendência positiva, sugerindo que a eficiência do trabalho pode ser otimizada em jornadas menores.

Debate necessário

Os autores resumem que, embora o emprego não tenha aumentado por meio da redistribuição de vagas — a chamada "partilha do trabalho" —, a economia



Brasília-DF, 04 de maio de 2026

absorveu o aumento do custo do trabalho por hora sem efeitos colaterais consideráveis. "É possível que a redução do tempo de trabalho tenha sido rapidamente absorvida", concluem.

No cenário brasileiro, onde o Congresso Nacional discute propostas como o fim da escala 6x1 e a redução da jornada constitucional, o estudo do IZA serve como subsídio técnico fundamentado. Os dados refutam a tese de que a redução de jornada levaria automaticamente ao fechamento de vagas ou ao colapso da produção econômica.

O IZA@LISER Network é uma referência global em economia do trabalho, contando com uma rede de mais de 2 mil pesquisadores. O estudo completo, com todos os dados e tabelas estatísticas, permanece disponível para consulta pública na plataforma da instituição alemã.

Fonte: Portal Vermelho

de atividades. Em oito deles, o rendimento médio ficou estável (sem variação significativa). Em dois, houve aumento médio de salários: no comércio, alta de 3% (mais R\$ 86); na administração pública, 2,5% (mais R\$ 127).

Causas

A coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, considera que parte desse rendimento recorde pode ser atribuída ao aumento do salário mínimo, no começo de janeiro, fixado em R\$ 1.621.

"Pode ter uma participação já dessa questão do reajuste do salário mínimo, que é uma recomposição e até ganhos reais [acima da inflação]."

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-04/salario-medio-do-trabalhador-amplia-recorde-e-chega-r-3722>

Fonte: Agência Brasil

Salário médio do trabalhador amplia recorde e chega a R\$ 3.722



© José Cruz/Agência Brasil

O rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro alcançou R\$ 3.722 no primeiro trimestre de 2026. Esse valor representa acréscimo real – já descontada a inflação – de 5,5% em relação ao registrado no mesmo período de 2025. É o maior registrado em toda série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

O trimestre encerrado em março é o segundo consecutivo em que o salário médio supera a casa dos R\$ 3,7 mil. No período de três meses terminado em fevereiro, o rendimento foi de R\$ 3.702. Na comparação com o quarto trimestre de 2025, quando o valor era de R\$ 3.662, houve expansão de 1,6%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

A pesquisa do IBGE coleta informações de dez grupos

1º CONFERÊNCIA LIVRE
RUMO A AGENDA 2030 DA ONU

ODS

EIXO 3
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E
COMBATE ÀS DESIGUALDADES

INSCREVA-SE
Juntos, podemos reduzir
às desigualdades.

Dia: 12/05/2026
Horário: 09h às 12h
Online na Plataforma Zoom

CNTI **1ª CONFERÊNCIA NACIONAL ODS** **GOVERNO DO BRASIL**
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável DO LADO DO POVO BRASILEIRO

[Inscreva-se aqui!](#)